

A TRAJETÓRIA DA PROFISSIONALIZAÇÃO DO NEGRO EM MATO GROSSO (SÉC. XIX A XXI)

THE TRAJECTORY OF PROFESSIONALIZATION OF BLACK PEOPLE IN MATO GROSSO (XIX CENTURY XXI)

Carolina Akie Ochiai Seixas Lima

Doutoranda em História pela UFMT

Av. Fernando Corrêa da Costa, nº 2367 - Bairro Boa Esperança. Cuiabá - MT - 78060-900

E-mail: carolakie@yahoo.com.br

RESUMO

Apresento um recorte da trajetória da profissionalização do trabalhador negro, no Estado de Mato Grosso, entre os séculos XIX a XXI. Não poderíamos deixar de pensar nas questões que cercam as categorias de “classe e raça” e discriminação racial, para tal, buscamos as palavras de Darcy Ribeiro (1995, p. 219 a 227), “a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação que pesa sobre negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros.”

Palavras-chave: profissionalização, trabalhador negro, Estado de Mato Grosso.

ABSTRACT

I present an excerpt of the trajectory of professionalization of black workers in Mato Grosso, between the nineteenth to twenty-first centuries. We could not help thinking of the issues surrounding the categories of "race and class" and racial discrimination, for that, we brought Darcy Ribeiro's words (1995, p. 219-227), "the most astonishing social distance from Brazil is that that separates and opposes the poor from the rich. To it, however, adds up to discrimination that claims more on black people, mulattos and Indians, especially the former. "

Keywords: professionalization, black worker, Mato Grosso State.

Ao iniciarmos uma análise da trajetória do ensino profissionalizante do jovem negro¹ em Mato Grosso, entre os séculos XIX a XXI, postulamos um primeiro olhar sob a perspectiva do que vinha acontecendo no Império escravista.

De acordo com FRAGOSO (1990)², a tradicional abordagem da historiografia brasileira nos faz concluir que a economia do Brasil ao longo do séc. XIX mantém traços básicos de uma economia escravista voltada para o mercado internacional.

Entre 1819 e 1872, verifica-se a transferência do eixo econômico do Nordeste açucareiro para o Sudeste cafeeiro. Em 1819, a primeira região detinha 51,2% dos cativos no país; 61 anos depois, o sudeste aparecia com 59% desta população.

Entre 1831-40, as rendas de exportação do café ultrapassam as do açúcar, fato que demonstra um deslocamento do eixo econômico, e com ele a transferência da concentração de escravos. Contudo, a economia continuaria escravista e dependente das flutuações externas.

Esta interpretação pode nos levar a outras informações, em 1819, de uma população de 3.596.132 habitantes, 69,2% era de homens livres; em 1872 – período final da escravidão – esse número subiria para 84,7%. Ou seja, além de senhores de escravos encontramos outras categorias sociais, outras formas sociais de produção (como a camponesa, com o uso adicional ou não de trabalho cativo) e mesmo outras formas sociais de extorsão de sobre trabalho (a exemplo da pecuária extensiva do RS e de GO).

Novos elementos, a partir dos anos de 1850 demonstram que a sociedade brasileira estava passando por transformações. Uma delas era a Lei de Terras (1850) – legislação criada por uma elite escravista para administrar a superação da escravidão – teria um papel fundamental, pois essa lei previa o registro de todas as terras efetivamente ocupadas e impedia a aquisição daquelas públicas a não ser por compra – a terra era transformada em mercadoria corrente (o que não implica a inexistência cabal

¹Para os conceitos de ‘negro’ e ‘mestiço’ arrolados no decorrer deste artigo, utilizamos o pensamento de Darcy Ribeiro, em sua obra, ‘O povo brasileiro’ (1996).

²FRAGOSO, J. L. O Império escravista e a república dos plantadores. In: LINHARES, M. I. História Geral do Brasil. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990. (p. 144-187)

de um mercado de terras anterior a essa lei), referendando-se o seu controle por parte dos grupos dominantes do país.

O resultado disso foi o fato de contribuir para a transformação ou confirmação do trabalhador, livre ou ex-escravo, como produtor de sobretrabalho para outros, garantindo a modificação do regime de trabalho sem grandes perturbações para as estruturas preexistentes.

Na virada do séc. XIX para o XX, a economia apresentava uma precária divisão social do trabalho e uma limitada circulação de mercadorias, em contrapartida ocorria o crescimento da população urbana e os primeiros passos para a industrialização, com a formação de seu capital industrial e de sua classe operária.

Nesse sentido, a substituição da mão-de-obra escrava viria a ser feita pela mão-de-obra europeia. Observa-se, assim, o crescimento das migrações da população negra e parda para as áreas de fronteira aberta do agro fluminense, regiões onde o acesso a terra era mais fácil. Houve a transformação do ex-escravo em pequeno produtor, baseado nas *meias* e no trabalho familiar.

No que tange ao escravo liberto, vejamos agora como se organizava o trabalho juridicamente livre no interior dos engenhos. É importante frisar que traços das formas de trabalho livre que irão substituir a cativa já existiam antes da abolição.

Um dos sistemas mais antigos, e que abarcavam o maior contingente de trabalhadores livres presentes nos engenhos, era o de *morador-agregado*. Por esse sistema, o trabalhador (morador) recebia um lote de terra, do qual retirava a maior parte de sua subsistência (roças de alimentos) e, em troca, prestava ao senhor uma série de obrigações, entre elas a de trabalhar para o engenho.

Existiam dois tipos de *morador-agregado*, o *condiceiro* (era aquele que trabalhava para o proprietário dois ou três dias por semana; caso trabalhasse mais recebia uma remuneração monetária) e o *foreiro* (era o trabalhador que deveria fornecer o cambão, ou seja, 20 ou 30 dias de trabalho gratuito por ano ao senhor da fazenda).

Além disso, o *foreiro*, por receber uma parcela de terra superior ao *condiceiro*, tinha de pagar um foro ao proprietário.

Ainda havia o *corte da tarefa*, o trato de uma área de 625 braças que o morador recebia para trabalhar.

Até aqui, apresentamos uma visão geral no que concerne ao trabalho do homem livre no Brasil. No que diz respeito à região Centro-Oeste, podemos falar de formas de trabalho livre não-assalariado. Para tal, FRAGOSO (1990)³ nos apresenta o seguinte:

O declínio da demografia escrava no Centro-Oeste prende-se à crise da atividade mineradora e ao definhamento econômico que se abate sobre a região em finais do séc. XVIII. Por sua vez, a transição para o trabalho livre (no séc. XIX) se faz acompanhar pelo avanço da agricultura de alimentos, da agropecuária, e particularmente, de uma pecuária extensiva voltada para o abastecimento interno, em especial dos mercados do Sudeste. Na verdade, assistimos no Centro-Oeste à transição do trabalho escravo para formas de produção assentadas em outras relações não-capitalistas. A lavoura de alimentos se baseava principalmente no trabalho familiar, assumindo, portanto, um caráter camponês. A agropecuária, da mesma maneira, não se fundava no assalariamento, mas em tipos de relação em que o trabalho (agregado ou camarada – indivíduos da propriedade de terra) era remunerado pela cessão de um lote de terra de que retirava a sua subsistência; quando o produtor se empregava na condição de camarada, recebia um pequeno pagamento monetário. Na pecuária encontramos o “sistema de quarta”, pelo qual o vaqueiro recebia um quarto das crias do gado que estivesse sob os seus cuidados.

Como este artigo se presta a trazer ao leitor uma visão da trajetória profissional do negro, não poderíamos deixar de pensar nas questões que cercam as categorias de “classe e raça” e discriminação racial, para tal, buscamos as palavras de Darcy Ribeiro (1995, p. 219 a 227)⁴, “a distância social mais espantosa do Brasil é a que separa e opõe os pobres dos ricos. A ela se soma, porém, a discriminação que pesa sobre negros, mulatos e índios, sobretudo os primeiros.”

Além da luta contra a escravidão, no passado, a luta mais árdua enfrentada pelos negros e seus descendentes foi, e ainda é, a conquista de um lugar e de um participante legítimo na sociedade brasileira. Acredita-se que mais de 12 milhões de negros, desgastados como principal força de trabalho, tenha constituído uma das maiores massas negras do mundo moderno.

Com o término da escravidão, os ex-escravos abandonam as fazendas em que labutavam e saem à procura de terras em que pudessem viver livres, plantando milho e mandioca para comer. Muitos foram largados à miséria, pois cada vez que encontravam uma terra eram obrigados a se retirar a mando dos proprietários.

³ FRAGOSO, J. L. p. 175.

⁴ RIBEIRO, D. O povo brasileiro. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Assim, muitos chegaram às cidades, o negro rural teve então, que aprender a lidar com os modos de vida urbana, onde não se pode plantar. Constroem uma cultura própria, na qual expressam alto grau de criatividade, representados como sentimentos musicais, ritmos e religiosidade.

De acordo com o Darcy Ribeiro (1995)⁵ “a característica distintiva do racismo brasileiro é que ele não incide sobre a origem racial das pessoas, mas sobre a cor de sua pele.”

Ao tratarmos do assunto “profissionalização do negro” e no que tange à discriminação racial, não há como deixarmos de lado as questões que cercam o modo como o homem/trabalhador negro era visto e tratado pelos seus senhores. Para exemplificar esse pensamento, lembramos o que diz Luiza R. R. Volpato (1993, p. 11)⁶ em sua obra ‘Cativos do Sertão’

[...] procura pensar o cativo como ser humano no espaço do seu dia-a-dia, considerando que mesmo aquele que não fugia, não se suicidava, não participava de rebeliões, também lutava para ser uma pessoa. Esta luta podia se dar no espaço da transgressão, quando o escravo roubava, quando atuava como receptor e vendedor de objetos roubados; podia se dar no espaço da justiça, quando ele denunciava e movia processo contra seu senhor; podia se dar ainda de uma forma imensamente variada, quando ele transitava pelo terreno fluido que se colocava entre aquilo que o senhor considerava certo e o que considerava errado, quando, sem infringir seu código disciplinar – mas atuando no seu limiar –, tomava atitudes próprias do indivíduo e lutava contra a sua coisificação. Em sua luta cotidiana para interferir em seu próprio destino, o escravo teve que enfrentar os mais diversos mecanismos de pressão que atuavam no sentido de reduzi-lo à mais absoluta passividade.

No tocante à economia cuiabana e à forma de trabalho que se servia da escravidão VOLPATO (1993)⁷ nos traz que:

A partir da crise da mineração, a economia cuiabana se organizou de tal forma que seus pólos mais dinâmicos se tornaram as fazendas de gado estabelecidas nas cabeceiras do Pantanal Mato-grossense e os engenhos de açúcar situados na região de Serra Acima e nas margens do rio Cuiabá. Uma economia pouco dinâmica, com relações sem grande intensidade com o mercado externo, à espera de remessa de

⁵ RIBEIRO, D. p. 225.

⁶ VOLPATO, L. R. R. Cativos do sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Editora Marco Zero/EdUFMT, 1993.

⁷ Idem. p. 15

recursos do Governo Central para solucionar a maioria de seus problemas. Essas eram algumas características da província de Mato Grosso, em especial de sua capital, que, à semelhança das outras regiões mineradoras do Brasil, reordenara-se após a crise da mineração, visando à produção de gêneros de abastecimento, e enfraquecera sua relação com o mercado externo. Mesmo assim, a forma de exploração de trabalho preponderante em Mato Grosso era a escravidão.

No tocante a essas questões, estava claro que o país passava por transformações e a escravidão foi posta em xeque em Mato Grosso, não configurando mais uma forma de trabalho, a mão-de-obra escrava deveria ser substituída pelo trabalhador livre – o europeu – agente de progresso e de civilização.

A mesma autora trata do discurso do progresso da seguinte maneira:

Pouco espaço dedicou o discurso do progresso à questão da escravidão. Os textos elaborados em Mato Grosso até a década de 1860 que se referem ao trabalho não envolvem o escravo. O colono era apontado como o trabalhador ideal, mas nenhuma referência era feita à forma de trabalho que era empregada na sociedade no momento em que ela estava sendo analisada. Para alguns, a escravidão era relacionada com tudo o que havia de mais atrasado na Província[...]⁸

Do que foi apresentado entendemos que a superação do escravismo era algo crescente e o fim da escravidão trouxe implicações tanto para a produção da Província quanto para a vida urbana cuiabana.

Pois, dentro das fazendas trabalhavam homens, mulheres e crianças que tinham suas tarefas definidas de acordo com idade e sexo, formando uma mão-de-obra, muitas vezes qualificada, tais como: lavoura, carpinteiro, pedreiro e ferreiro.

Mas, faz-se necessário frisar que a qualificação do escravo não era uma decisão dele, mas sim, do senhor, do feitor ou do encarregado que definia quem iria receber determinado tipo de aprendizado e quem não iria.

Tomando o raciocínio de que o negro liberto buscava um lugar na sociedade em que pudesse ter uma função, uma profissão, uma ocupação remunerada, dado que após a libertação muitos ficaram jogados à própria sorte.

Nesse sentido, buscamos focalizar nossa leitura no ensino profissionalizante do negro em Mato Grosso, em fins do séc. XIX e início do séc. XX. Assim, MARQUES nos aponta para o fato de que “No final do séc. XIX e início do séc. XX, diversas

⁸ Idem. p.54

mudanças ocorreram na sociedade brasileira, pois, com a implantação do regime republicano as elites nacionais intensificaram os debates sobre o destino da nação e sobre o povo brasileiro, evidentes desde meados do século XIX.” (SKIDMORE, 1997; MATTOS, 2005)⁹.

As elites dirigentes concentraram esforços para incorporar um conjunto de valores e referências no interior da sociedade brasileira, a exemplo das ideias de progresso que foram, aos poucos, incorporadas na sociedade.¹⁰

No final da primeira metade do século XIX, a partir do governo central, com a criação do Arsenal de Guerra, foi estabelecida em seu interior a Companhia de Aprendizes e Artífices, onde eram ofertadas aulas de primeiras letras e ofícios, como carpinteiro, ferreiro, seleiro, funileiro, sapateiro, alfaiate, latoeiro, torneiro, armeiro, espingardeiro, coronheiro e tanoeiro. Essa formação era oferecida a crianças e jovens de 8 a 14 anos, órfãos e menores abandonados. Entre 1857 e 1878, a Companhia de Aprendizes e Artífices do Arsenal da Marinha de Mato Grosso ofertava o ensino profissional à população livre e pobre.¹¹

Nesse cenário, levando-se em conta o processo de industrialização nacional, o ensino profissionalizante passou a ser atribuição do recém-criado Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Em 23 de setembro de 1909, por iniciativa de Nilo Peçanha, foi assinado o Decreto nº 7566, criando 19 Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA), instituições destinadas aos “pobres e desvalidos”, que ofereciam ensino gratuito

FIGURA 1: Fachada da Escola de Aprendizes e Artífices, em 1909.¹²

⁹ MARQUES, Z. M. S. Alunos negros no ensino profissionalizante. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013.

¹⁰ Idem. p. 9

¹¹ BENEVIDES, Aline de Arruda; SANTOS, Oséias dos. A História do Ensino Profissional no Mato Grosso até a criação do Instituto Federal. Artigo publicado no XI Congresso Nacional de Educação/ EDUCERE 2013/ PUC-PR, Curitiba, de 23 a 26/09/2013.

¹² BENEVIDES & SANTOS.



FIGURA 2: Fachada da EAA, em 1912.¹³



Também no final do séc. XIX os salesianos chegaram ao Brasil e com eles trouxeram a pedagogia dombosquina que tinha como meta a educação e formação profissional das classes mais populares, fundaram o Lyceu de Artes e Ofícios São Gonçalo. Nesta época, Mato Grosso possuía uma população rarefeita e mal distribuída no território, detentora de hábitos simples e composta, majoritariamente, por mestiços e negros (pobres e desvalidos), além de ser palco de acirradas disputas políticas.

¹³ Idem.

Estas duas escolas, então, proporcionavam ensino gratuito e profissionalizante à classe mais pobre da sociedade cuiabana que em sua maioria era composta por negros e mestiços.

A seguir apresentamos duas imagens da Escola Federal de Aprendizes e Artífices, em Cuiabá, s/d, fotos disponíveis na obra “A cor da escola: imagens da primeira República” de Maria Lúcia Rodrigues Müller¹⁴, na foto3, temos o diretor e professores da escola.

FOTO3: Escola Federal de Aprendizes e Artífices (Cuiabá/MT)



Müller¹⁵ alerta para o fato de que apesar de ser obrigatório o registro da cor nos registros civis, isso muitas vezes não acontecia, pois a noção de cor que nos foi herdada do período colonial acabou por definir lugares sociais, onde a etnia e a condição estavam intimamente ligadas à cor. Um fato importante apontado pela autora é a questão da designação “preto” ou “negro” que estavam associadas ao cativo, assim libertado ou alforriado, tratava logo de mudar de registro para “pardo”. Nos registros de nascimento ou nas carteiras de vacina, muitas vezes o registro de cor não era preenchido, o que segundo a autora só foi mais recorrente nos registros pesquisados de

¹⁴ MÜLLER, M. L. R. A cor da escola: imagens da primeira república. Cuiabá, MT: Entrelinhas/EdUFMT, 2008. p.58

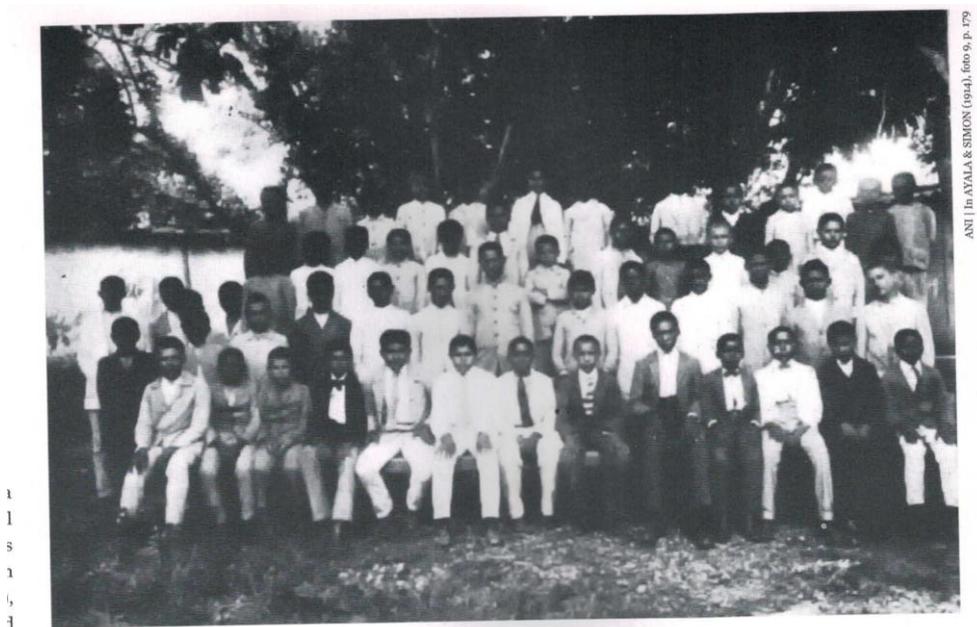
¹⁵ Idem. p. 49 a 58

1920 e 1921, além do que o registro ou preenchimento do item cor dependia muito de quem estava solicitando o documento. Também havia os registros de batismo que poderiam conter o item cor como “pardo” ou “branco”, preenchidos pelo pároco.

Todas essas informações são importantes para demonstrar o fato de que já havia uma gama de profissionais “negros” ou “pardos” que se inscreviam a cargos públicos, como professores, escrivães, militares. Nesse sentido, podemos inferir que já havia também profissionais “negros” ou “pardos” qualificados e que ocupavam uma classe social de prestígio, antes ocupadas somente por brancos.

Na foto4, temos alunos da escola, dentre os quais podemos perceber, em sua maioria, a presença de alunos negros e pardos. A autora aponta para o fato de que muitas das vezes foi difícil coletar informações a respeito da cor do aluno matriculado na Escola de Aprendizes e Artífices, pois não constava tal referência à cor ou mesmo ao item raça no registro de matrícula da escola, o que levou a autora a buscar registros visuais, ou seja, fotos em que se pudesse certificar a presença de alunos negros ou pardos na escola.

FOTO 4: Escola de Aprendizes e Artífices (Cuiabá/MT)



Na sequência, apresento mais fotos relacionadas o tema discutido neste ensaio, como as anteriores, estas fotos também foram encontradas na obra de Müller (2008)¹⁶ “A cor da escola: imagens da Primeira República”.

FOTO 5: Alunos que concluíram o Curso de Humanidades no Lyceu Salesiano (Cuiabá/MT) e seus respectivos pais, em 1912.

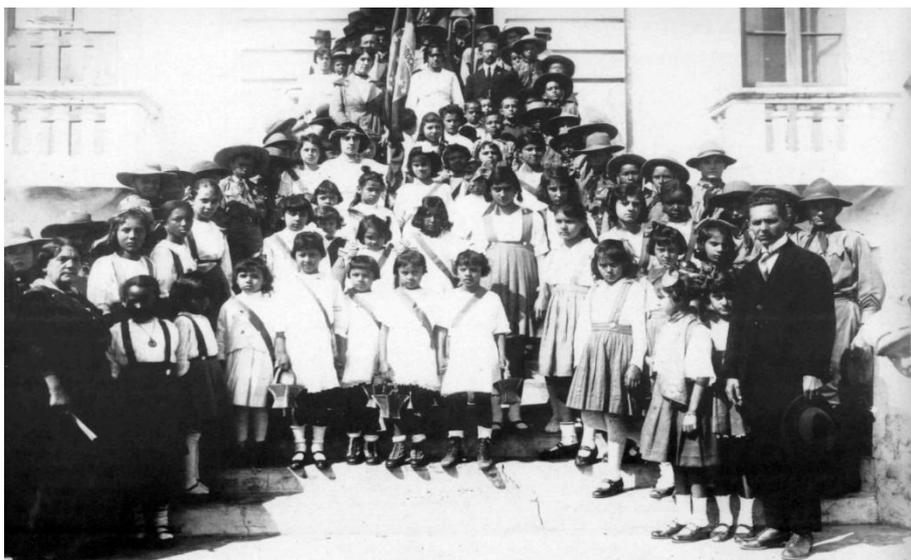


A presença de alunos negros nas escolas demonstram a preocupação e o esforço de seus familiares em prover a formação e a profissionalização para seus filhos.

FOTO 6: Escolares em Porto Murtinho (MT), em 1920.¹⁷

¹⁶MÜLLER.

¹⁷MÜLLER.



Autor não identificado | acervo: Dom Aquino Corrêa, do Arquivo do Museu Histórico de Mato Grosso

Escolares em Porto Murtinho, (MT), 1920

FOTO 7: Alunos e professores do Ginásio Murtinhense (MT), 1920.¹⁸



Autor não identificado | acervo: Dom Aquino Corrêa, do Arquivo do Museu Histórico de Mato Grosso

Alunos e professores – Ginásio Murtinhense (MT), 1920, fotografados com Dom Francisco de Aquino Corrêa

¹⁸ Idem.

A respeito do trabalho no cenário cuiabano MARQUES (2013)¹⁹ em sua obra “Alunos negros no ensino profissionalizante (Cuiabá – MT/ 1890 – 1930)”, nos apresenta:

A respeito da população negra nos projetos de organização do mercado de mão-de-obra assalariada, na cidade de Cuiabá, DELAMÔNICA (2006) aborda aspectos interessantes sobre os trabalhadores afro-mato-grossenses, ao evidenciar que os trabalhadores negros de Cuiabá que viviam nos bairros do Caixão, Baú, Araés e Lixeira, passaram por dificuldades enfrentadas em relação ao trabalho, por não terem condições de abrir o próprio negócio, ficando submetidos à vigilância de capangas, recebendo castigos físicos e multas, enfrentando a carestia e os baixos salários. Percebe-se que as condições de trabalho desse segmento eram análogas a dos negros cativos, apesar de serem livres e de já haver sido abolida a escravidão²⁰

Nesta época, foram detectadas cerca de 30 categorias profissionais diferentes ocupadas por trabalhadores negros, chamadas atividades de ofício, tais como: jornaleiros (do mercado, em geral), motoneiros, chofer, marceneiros, “planeiros”, pedreiros, trabalhadoras domésticas, costureiras, engomadeiras, padeiros, sapateiros, lancheiros, coletores de garrafas, operários de fábricas, pescadores, peixeiros, cozinheiros, vendedores de leite, vendedores de cereais, trabalhadores de dragas, operários de oficinas, empregados de Alfândega, catraieiros, marítimos, policiais, taberneiros, carreteiros e mata-mosquitos. Todas essas categorias eram consideradas depreciativas, pois estavam ligadas à percepção do ignorante e do incapaz.

Concepções que legaram ao trabalhador negro o descaso, o desrespeito à sua capacidade profissional e produtiva no mercado de trabalho.

No que se refere à educação agrícola e ao mercado de trabalho PAULA (2011)²¹ em sua obra “Educação profissional e trajetória profissional de jovens negros em Mato Grosso” nos apresenta o seguinte apontamento: “A partir da segunda metade do séc. XX, os dirigentes nacionais perceberam que o setor agropecuário precisava de um pouco mais de atenção, pois o país enfrentava dificuldades com a falta de tecnologia no campo.”²²

¹⁹ MARQUES, Z. M. S. Alunos negros no ensino profissionalizante. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2013.

²⁰ Idem. p. 32.

²¹ PAULA, W. S. de. Educação profissional e trajetória profissional de jovens negros em Mato Grosso. Cuiabá, MT: EdUFMT, 2011.

²² Idem. p. 11.

Assim, o estado de Mato Grosso foi beneficiado com a criação e instalação, através do governo federal, do Aprendizado Agrícola “Gustavo Dutra”, em 14 de abril de 1943, hoje Campus São Vicente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFMT), criado com a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica de Cuiabá, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, da Escola Agrotécnica Federal de Cáceres e de suas respectivas unidades de ensino descentralizadas (Campo Novo do Parecís, Bela Vista e Pontes e Lacerda), transformadas em *campi* do IFMT.

Essas instituições atingem de forma abrangente, com seu alunado, os setores econômicos dos segmentos agrário, industrial e tecnológico, de forma a ofertar cursos de acordo com as necessidades do Estado, privilegiando o mecanismo de inclusão social, promovendo a cultura, o empreendedorismo e a geração de emprego para o mercado de trabalho mato-grossense.

Atualmente, o governo federal oferece ensino profissionalizante através de um programa intitulado PRONATEC²³ – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego que foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica.

No PRONATEC são oferecidos cursos gratuitos nas escolas públicas federais, estaduais e municipais, nas unidades de ensino do SENAI, do SENAC, do SENAR e do SENAT, em instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio.

São três tipos de curso:

- Técnico para quem concluiu o ensino médio, com duração mínima de um ano;
- Técnico para quem está matriculado no ensino médio, com duração mínima de um ano;
- Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, para trabalhadores, estudantes de ensino médio e beneficiários de programas federais de transferência de renda, com duração mínima de dois meses.

Objetivos do PRONATEC:

²³<http://pronatec.mec.gov.br/> acessado em junho de 2014.

- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância;
- construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais;
- aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica;
- melhorar a qualidade do ensino médio.

Hoje, não podemos deixar de pensar na era digital. Segundo Ricardo Abramovay²⁴:

[...] não se trata de fé ingênua no poder da técnica: a ampliação das oportunidades de oferecer bens e serviços a partir da cooperação direta entre as pessoas (e cada vez menos, do mercado) depende do fortalecimento da sociedade civil e esbarra na gigantesca força dos interesses que procuram sempre limitar o alcance dos bens comuns (os *commons*, em inglês). Mas, diferentemente de qualquer época precedente, a produção e o uso de bens comuns conta agora com dispositivos cada vez mais poderosos. É nessa unidade entre a cooperação social e as mídias digitais que está a base para uma sociedade moderna, inovadora, colaborativa e descentralizada, funcionamento que não se apoia nem nos mercados, nem na busca individual do lucro.

O mesmo autor afirma que:

Aquilo que hoje se encontra gratuitamente no *YouTube* e na *Wikipedia* só podia ser oferecido, duas décadas atrás, por uma típica economia da escassez: o consumidor era obrigado a comprar um disco, pagar pela leitura do jornal ou adquirir uma enciclopédia para obter utilidades hoje disponíveis de graça. A própria educação é e será cada vez mais apoiada em mídias digitais, como já mostram os seis milhões de estudantes, de todo o mundo, inscritos em cursos abertos, on-line, das melhores universidades americanas²⁵

²⁴ ABRAMOVAY, Ricardo. Revista on-line Valor Econômico, publicado em 13 de maio de 2014.

²⁵ Idem.

Considerações Finais

Dados de pesquisa têm revelado que crianças e jovens negros começam a trabalhar cedo e que ainda há disparidades em relação ao salário entre negros e brancos, com especial atenção às mulheres negras que, em algumas regiões do país, chegam a receber menos que um salário mínimo.

Pesquisas têm demonstrado que a discriminação racial no mercado de trabalho é uma constante, interferindo em todos os espaços sociais.

Iniciativas governamentais têm tentado suprir essa disparidade, uma delas é relativa aos cursos técnicos que tiveram, no ano de 2012, 788.979 matrículas no primeiro período, superando as vagas previstas, com destaque para a rede federal, que tinha previstas 151.560 vagas e matriculou 252.716 estudantes. Os cursos de formação inicial e continuada registraram 1.732.439 matrículas – 548.626 por meio do programa Bolsa-Formação Trabalhador e 1.183.813 resultantes de acordos de gratuidade com o Sistema S.²⁶

No que se refere ao ensino profissionalizante, disposto neste artigo, nos pautamos no que está disposto na Lei **Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996**. ([Vide Adin 3324-7, de 2005](#))([Vide Decreto nº 3.860, de 2001](#))([Vide Lei nº 10.870, de 2004](#))([Vide Lei nº 12.061, de 2009](#)) que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, na Seção IV-A.

Compreendemos, então, que a educação para o trabalho contribui com o eixo da política da igualdade como princípio orientador da educação profissional. (LDB/96).

²⁶<http://portal.mec.gov.br/acessado em junho de 2014>.